

16 de Junho de 1990, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica:

No n.º 4, onde se lê «durante mais de três anos com esta ou» deve ler-se «durante mais de três anos com a UNICER, E. P., ou».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 1 de Junho de 1990. — O Secretário-Geral, *França Martins*.

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que o Decreto-Lei n.º 165/90, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 118, de 23 de Maio de 1990, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam:

No artigo 2.º, onde se lê:

O artigo 11.º-B do Decreto-Lei n.º 342/85, de 22 de Agosto, aditado pelo Decreto-Lei n.º 135/89, de 27 de Abril, passa a ter a seguinte redacção:

Art. 11.º-B. É aplicável ao imposto especial sobre o consumo de bebidas alcoólicas [...].

deve ler-se:

O artigo 11.º-A do Decreto-Lei n.º 342/85, de 22 de Agosto, aditado pelo Decreto-Lei n.º 135/89, de 27 de Abril, passa a ter a seguinte redacção:

Art. 11.º-A. É aplicável ao imposto especial sobre o consumo de bebidas alcoólicas [...].

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 12 de Junho de 1990. — O Secretário-Geral, *França Martins*.

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que o Decreto-Lei n.º 202/90, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 139, de 19 de Junho de 1990, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam:

No artigo 4.º, n.º 1, onde se lê «referidos no artigo 12.º, atesta» deve ler-se «referidos no artigo 11.º, atesta».

Onde se lê «Artigo 90.º (Controlo do equipamento eléctrico)» deve ler-se «Artigo 9.º (Controlo do equipamento eléctrico)».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 28 de Junho de 1990. — O Secretário-Geral, *França Martins*.

Declaração

Segundo comunicação do Ministério da Educação, o Despacho Normativo n.º 11/90, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 32, de 7 de Fevereiro de 1990, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam:

Nos Estatutos:

No artigo 8.º (Autonomia administrativa e financeira), no n.º 2, onde se lê «tem capacidade para obter saídas próprias a gerir anualmente» deve ler-se «tem capacidade para obter receitas próprias a gerir anualmente».

No artigo 9.º (Autonomia disciplinar), no n.º 2, onde se lê «será o que for definido por lei» deve ler-se «será o que for definido pela lei».

No artigo 10.º (Património do ISCTE), no n.º 2, na alínea b), onde se lê «ou de que tenham a fruição;» deve ler-se «ou de que tenha a fruição;», e na alínea i), onde se lê «que legalmente lhes advenham;» deve ler-se «que legalmente lhe advenham;».

No artigo 12.º (Isenções fiscais), onde se lê «e de ensino e departamento estão isentos,» deve ler-se «e de ensino e departamentos estão isentos,».

No artigo 16.º (Enumeração), no n.º 1, alínea a), onde se lê «Assembleia da escola;» deve ler-se «A assembleia da escola;».

No artigo 19.º (Eleições) deve ser suprimida a palavra «anterior».

No artigo 22.º (Eleição), onde se lê «que terá lugar oito dias após a entrada em funções,» deve ler-se «que terá lugar até oito dias após a entrada em funções,».

No artigo 23.º (Atribuições e competências), no n.º 3, alínea e), onde se lê «consoante o caso, e exoneração ou rescisão do contrato;» deve ler-se «consoante o caso, a exoneração ou rescisão do contrato;».

No artigo 28.º (Competências), na alínea c), onde se lê «Celebrar directamente com as autoridades universitárias e o» deve ler-se «Colaborar directamente com as autoridades universitárias e o».

No artigo 33.º (Funcionamento), no n.º 8, onde se lê «Em articulações com o conselho pedagógico e suas comissões,» deve ler-se «Em articulação com o conselho pedagógico e suas comissões,».

No artigo 35.º (Composição e funcionamento), no n.º 5, onde se lê «estabelecido no n.º 3 deste artigo,» deve ler-se «estabelecido no n.º 4 deste artigo,», e no n.º 6, onde se lê «Os membros do plenário do conselho científico elege de entre si [...] e a representação oficial do conselho a que presidirá» deve ler-se «Os membros do plenário do conselho científico elegerão de entre si [...] e a representação oficial do conselho e que presidirá».

No artigo 36.º (Competências), no n.º 1, alínea c), onde se lê «Estabelecer as organizações das provas de doutoramento;» deve ler-se «Estabelecer a organização das provas de doutoramento;», no n.º 4, onde se lê «são exercidas pelas comissões científicas da UCE.» deve ler-se «são exercidas pelas comissões científicas das UCE.», e no n.º 5, onde se lê «As competências definidas nas alíneas e) e h) são exercidas [...] e, quando tal